

Introdução

Sá da Bandeira morreu no início de 1876. Os parlamentares e jornalistas de todos os quadrantes políticos louvaram o homem, a sua coragem e rectidão moral, a sua pertinácia e a sua boa-fé – que lhe desculpava os erros. Enaltecera as façanhas e vitórias da sua vida militar e civil, listando as cutiladas e feridas que o haviam nobilitado no campo de batalha, os combates travados em prol da democracia e da Coroa, e lembrando – como era inevitável – o seu envolvimento na luta contra a escravatura. Como afirmava o *Jornal do Commercio*, a Sá coubera «a glória de ser o apóstolo daquele grandioso pensamento [...]. Viveu bastante para ver completa a sua obra e coroado o seu apostolado com os aplausos de todas as nações cultas».¹ De facto, em 1875, poucos meses antes da sua morte, Sá da Bandeira tivera o ensejo de assistir à aprovação, nas Cortes, de um projecto de lei que emancipava os *libertos* das colónias. Tratava-se do culminar de um percurso de décadas, iniciado em 1836, e que, não obstante alguns ziguezagues, ele percorrera com persistência e obstinação. Era, portanto, inteiramente justo que se louvasse o «Wilberforce português», o «prestante cidadão» que dedicara parte substancial da sua vida à «raça infeliz» dos negros.² E a nação louvou-o

¹ *Jornal do Commercio*, 8 de Janeiro de 1876.

² *A Revolução de Setembro*, 8 de Janeiro de 1876.

também por esse facto que, ao mesmo tempo que engrandecia o reconhecido negrófilo, a engrandecia a ela.

O louvor público correspondia, aliás, a um reconhecimento tardio mas unânime do esforço filantrópico desenvolvido por Sá. Efectivamente, durante décadas o visconde (depois, marquês) estivera isolado ou quase isolado. Mas, em 1875, contrastando com esse relativo isolamento anterior, a lei abolicionista passara nas Cortes por aclamação. O próprio Sá parecia, no ocaso dos seus dias, em perfeita harmonia com o que o rodeava e, nas disposições deixadas para o seu funeral, ordenara que, na campa rasa onde iria jazer, ficasse inscrito o seguinte lema: «Servindo o seu país, serviu as suas convicções; morre satisfeito, a pátria nada lhe deve».³

Contudo, e no que se refere ao problema da escravatura, o sentimento de *accomplishment* do velho general e a manifestação de unanimidade, aclamação e louvor em redor do seu nome tinham algo de enganador. Não correspondiam verdadeiramente a uma vitória, mas a um conjunto de cedências que configuravam uma relativa derrota. O porquê dessa relativa derrota, a forma como se forjou e a dimensão que foi assumindo ao longo do tempo constituem o objecto central deste livro. Isto significa que, apesar de a figura de Sá assumir um peso relevante na presente narrativa, esta transcende essa figura para abarcar o percurso do próprio país no que respeita ao problema da emancipação dos escravos.

De certo modo, as páginas que se seguem podem ser vistas como a continuação de *Os Sons do Silêncio*, o primeiro livro que dediquei à história do combate contra as instituições escravistas.⁴ Quando iniciei o estudo da problemática abolicionista, em 1988, tinha a ingénua intenção de a tratar na sua totalidade, de um só fôlego, desde o início do ataque ao comércio negreiro até ao fim

³ *Jornal do Commercio*, 8 de Janeiro de 1876.

⁴ João Pedro Marques, *Os Sons do Silêncio. O Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999).

do regime de trabalho coercivo. Todavia, e numa fase ainda relativamente precoce do trajecto que levaria à elaboração de *Os Sons do Silêncio*, apercebi-me da dimensão do objecto e da absoluta impossibilidade de o abarcar num único voo. Dividi, por isso, a investigação em três etapas sucessivas, a primeira dedicada à abolição do tráfico negreiro e as duas seguintes aos problemas da ilegalização da escravidão e do combate aos seus sucedâneos legais. Este livro constitui, portanto, a parte intermédia do tríptico projectado e ao qual, para completa realização, ainda ficará a faltar a secção que diz respeito ao fim do trabalho forçado, uma questão que marcou a história das colónias africanas a partir do último quartel de Oitocentos mas que, no caso de Angola, vinha já muito de trás, com a problemática dos *carregadores* – isto é, com o abuso de fazer trabalhar os pretos livres de graça para transportarem mercadorias, algo que os obrigava a ficarem seis ou sete meses fora de casa, por vezes acorrentados uns aos outros.

Tal como sucedeu em *Os Sons do Silêncio*, aquilo que aqui pretendi estudar foram as atitudes portuguesas (neste caso, as atitudes face à emancipação dos escravos). A completa extinção das instituições escravistas foi um dos maiores *volte-face* da história da humanidade, tanto mais surpreendente quanto, em quase todos os casos, foi conseguido não pela revolta sangrenta dos escravos mas, como dizia Tocqueville em 1843, pela «iluminada vontade dos senhores».⁵ Como motivo de estupefacção que foi e continua a ser, a «vontade dos senhores» – ou, dito de outro modo, as razões que levaram as classes dirigentes e as opiniões das nações ocidentais a virarem-se contra instituições que anteriormente tanto haviam promovido – tem constituído o problema fundamental da historiografia do abolicionismo e constituirá o problema central deste livro.

⁵ Alexis de Tocqueville, «On the Emancipation of Slaves», in *Tocqueville and Beaumont on Social Reform*, ed. Seymour Drescher (Nova Iorque: Harper & Row, 1968, 1ª ed. 1843), 138.

No que se refere a Portugal, esse era um problema pouco tratado pela historiografia. Efectivamente, e excepção feita às abordagens de cariz nacionalista levadas a cabo durante as décadas de 1930-40 no âmbito da Agência Geral das Colónias – abordagens cujo valor historiográfico é quase sempre nulo –, não existia em Portugal mais do que um punhado de textos específicos sobre o tema, aos quais poderiam adicionar-se alguns parágrafos dispersos em obras sobre o império colonial português.⁶ Esta escassez de trabalhos não foi colmatada pela historiografia estrangeira. Ainda que a questão da emancipação no mundo tenha gerado uma extensa bibliografia, raros são os estudos que incidem especificamente sobre o caso português.⁷ Para além disso, em Portugal como no estrangeiro, as poucas abordagens que a matéria suscitou ficaram geralmente pelo enunciado das sucessivas medidas emancipacionistas promovidas a partir da Regeneração, enunciado que era lacunar e mal inserido nos acontecimentos que as geraram ou condicionaram. Geralmente, também, tinha havido uma tendência para afunilar a análise, limitando o problema da emancipação à questão do trabalho nas colónias, o que, a meu ver, constituía uma perspectiva redutora, que passava ao lado de

⁶ António Carreira, *Angola: da Escravatura ao Trabalho Livre* (Lisboa: Arcádia, 1977); Mário António F. de Oliveira, «Os Libertos em Luanda no Terceiro Quartel do Século XIX», e Adelino Torres, «Legislação do Trabalho nas Colónias Africanas no 3º Quartel do Século XIX: Razões do Fracasso da Política Liberal Portuguesa», ambos in *Actas da Reunião Internacional de História de África. Relação Europa-África no 3º Quartel do Século XIX* (Lisboa: ICT, 1989), 65-80. Entre os parágrafos dispersos sobressaem os que se incluem numa obra sobre a expansão portuguesa: Valentim Alexandre, «A Questão Colonial no Portugal Oitocentista, 1825-1890», in *O Império Africano, 1825-1890*, coord. Valentim Alexandre e Jill R. Dias (Lisboa: Estampa, 1998), 74 segs. e 97 segs.

⁷ James Duffy, *Portuguese Africa* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1959); e *A Question of Slavery* (Oxford: Oxford University Press, 1967). Existem igualmente algumas referências em Gervase Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975. A Study in Economic Imperialism* (Manchester: Manchester University Press, 1985).

aspectos que envolviam, entre outros, a filosofia moral humanitarista e a questão da honra e carácter nacionais.

Em suma, no que se referia ao problema da emancipação, conhecia-se alguma coisa a respeito da movimentação abolicionista de Sá da Bandeira e de um ou outro dos seus pares, mas nunca se estudara detalhadamente aquilo que os portugueses pensavam e faziam a esse respeito e qual o papel que esses pensamentos e acções poderiam ter desempenhado no desenrolar do processo emancipacionista em Portugal. Em 2001 procurei reagir contra essa lacuna, publicando um artigo que estudava a atitude da classe parlamentar portuguesa quanto ao problema da escravidão.⁸ Depois, em 2006, tentei, em novo artigo, explicar por que razão a adopção generalizada de uma política abolicionista na segunda metade do século XIX não deu origem a uma verdadeira libertação do homem negro.⁹ O livro que agora apresento utiliza parte desses dois artigos e pode ser visto como a sua ampliação. A análise incide particularmente nos anos de 1836 a 1875, ou seja, no período balizado, por um lado, pelas primeiras propostas anti-escravistas avançadas por Sá da Bandeira e, por outro, pela abolição legal da condição não-livre no território português. É certo que o processo emancipacionista teve várias aflorações anteriores a 1836, mas na medida em que foram simples epifenómenos e que, como tais, já haviam sido tratados em *Os Sons do Silêncio*, pareceu desnecessário dedicar-lhes mais do que uma parte do capítulo inicial.

A história dos acontecimentos relativos ao fulcro cronológico do livro distribui-se pelos capítulos 2 a 7. O capítulo 2 debruça-se sobre as manobras de aproximação levadas a cabo por Sá da Bandeira durante as décadas de 1830-40, com vista a tecer o

⁸ João Pedro Marques, «Uma Cosmética Demorada: as *Cortes* Portuguesas Face ao Problema da Escravidão (1836-1875)», *Análise Social* 158/159 (2001): 209-47.

⁹ João Pedro Marques, «O Retorno do Escravismo em Meados do Século XIX», *Análise Social* 180 (2006): 671-92.

método que permitisse fazer passar uma legislação emancipacionista nas Cortes. No capítulo 3, e não obstante terem sido escasas em Portugal as oposições a respeito da escravidão, trazem-se à superfície os pontos de fricção entre os abolicionistas e os seus antagonistas. O capítulo 4 estuda os avanços do emancipacionismo durante a década de 1850, em particular no período pós-Regeneração, e procura seguir de perto aquilo que podemos designar por método português, ou seja, a fragmentação do plano emancipacionista inicial em várias fatias que, de tão pequenas, pudessem ser deglutidas sem dor pela oposição. Nos capítulos 5 e 6 analisa-se o refluir da maré abolicionista no exterior e o impacte desse refluir nas divergências entre defensores e opositores da abolição. Por meio dessa análise, mostra-se como, ao longo do tempo, tais divergências se foram aplainando até gerar um unanimismo, não tanto porque uma das partes se tivesse imposto à outra, mas porque se havia começado a criar um consenso num terreno neutro, intermédio – o terreno do *liberto* –, que não sendo a escravidão do negro também não era a sua liberdade. Por fim, no capítulo 7, faz-se uma abordagem muito sintética do período final do processo emancipacionista português, isto é, do período compreendido entre o final da década de 1860 e 1875, data da publicação da lei que, formalmente, pôs fim a toda a forma de trabalho não-livre nas colónias.

Tendencialmente, e no que se refere ao estudo dos quadros ideológicos, procurei analisar o que foi escrito no Portugal da época sobre a questão emancipacionista, com relevo para a imprensa periódica, que percorri exaustivamente até 1875 e de forma selectiva nos anos seguintes. A imprensa foi, simultaneamente, uma fonte para o estudo das ideias e para a explicitação das práticas e processos políticos que levaram à abolição da escravidão em Portugal, tal como o foi a colecção de *Diários* parlamentares, documentação analisada desde a sua criação, no início da década de 1820, até finais da década de 1870. Mas, como é natural, o estudo da imprensa periódica foi associado ao da

documentação existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Ultramarino. Para o período de 1820-50 utilizei igualmente a documentação do Public Record Office (série Foreign Office 84) como forma de complementar a informação já recolhida nos manuscritos portugueses. Apesar de estar maioritariamente centrada na questão do tráfico, a documentação do Public Record Office contém, sobretudo para os anos posteriores a 1840, vários documentos sobre o problema da escravidão, e teria sido extremamente útil estender a análise dessa documentação para além de 1850, o que não foi possível por limitações de ordem financeira.

Nas citações das fontes primárias actualizei a ortografia e a pontuação dos originais. Nos casos em que fiz citações em segunda mão, conservei a transcrição da fonte utilizada. A fim de evitar mal-entendidos, as aspas foram usadas exclusivamente para enquadrar citações devidamente referenciadas no texto. As palavras e expressões coevas utilizadas fora desse contexto surgem em itálico.

As obras que constam da bibliografia são apenas aquelas que foram efectivamente referidas e citadas no texto. Para uma bibliografia exaustiva de cada tema que compõe esta área de estudos, podem consultar-se o livro de Joseph C. Miller, *Slavery: a Worldwide Bibliography, 1900-1982* (White Plains: Kraus International, 1985) e os suplementos bibliográficos anuais publicados desde 1983 na revista *Slavery and Abolition*.

Por fim, impõe-se um esclarecimento sobre o sentido em que utilizo a palavra escravatura. No passado a palavra não tinha o significado que hoje habitualmente se lhe atribui. Na verdade, tratava-se de um termo que se utilizava frequentemente de maneira indistinta e que, no seu sentido mais lato, significava o sistema escravista no seu conjunto, da compra e venda de homens à sua utilização forçada, isto é, do tráfico de escravos à escravidão. Foi só no decorrer do século XX que, em Portugal – pois no Brasil a terminologia tradicional foi mantida –, a palavra começou a

designar quase que exclusivamente tudo o que se relacionava com a exploração do trabalho não-livre, tendendo a substituir o termo escravidão, que foi caindo em desuso. Aqui, todavia, escravatura ainda conservará o sentido globalizante que manteve até ao século XIX.